



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE  
MINISTÉRIO DA PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO  
GABINETE DO MINISTRO

**Assunto: Proposta de Monitoria da Implementação das acções do Governo**

1. Em resposta a proposta de monitoria da implementação das acções do Governo enviado pelos Parceiros de Apoio Programático (PAPs) “*Como monitorar a implementação das acções do GdM em resposta ao diálogo político intensivo*”, o Governo concluiu, que a implementação das acções constantes na matriz deverão ser tratadas ao nível político e ao nível dos grupos de trabalho:
  - i. Ao nível político deverão ser tratados os assuntos relacionados a Revisão do pacote eleitoral e a Governação participativa;
  - ii. Ao nível dos grupos de trabalhos, assuntos relacionados com a Governação económica, Combate a corrupção e a implementação do plano nacional de acção do Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARF)
2. As acções serão trabalhadas e discutidas ao nível do grupo de trabalho e o ponto de situação será apresentado durante os encontros do diálogo político e no Balanço do PES de 2010 para de seguida ser avaliado no processo da Revisão Anual de 2011.

3. Na óptica de monitorar a matriz de acções é o mesmo que monitorar o Plano Económico e Social (PES) que já possui o seu sistema de monitoria onde anualmente é feito através de um Balanço Semestral e um Balanço Anual que em Fevereiro é submetido a AR para a sua aprovação e não podemos usar processos paralelos e diferentes do ciclo de planificação do Governo para monitorar a matriz.
  
4. Para as acções que aparecem de forma elaborada deveríamos usar o processo da elaboração do Plano Operacional do Governo (PARP) para a definição de indicadores e metas para o ano de 2011 para evitar ter muitas matrizes no futuro que conseqüentemente tem aumentado o custo de transacção para o Governo na operacionalização das mesmas.

<b>I. GOVERNACÃO PARTICIPATIVA E REFORMA ELEITORAL</b>				
	<b>QUESTÕES</b>	<b>ACÇÕES A RELIZAR</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>PRAZO</b>
<b>1</b>	<b>REFORMA ELEITORAL</b>	<b>REVISÃO DO PACOTE ELEITORAL</b>		
<b>1.1</b>	Submissão à Assembleia da República de uma proposta de lei eleitoral clara, coerente e transparente	Elaboração de propostas de leis para revisão do pacote eleitoral no quadro das recomendações do Conselho Constitucional, do Chefe do Estado, missões de observação eleitoral e demais actores.	<b>DIALOGO POLÍTICO</b>	Início Maio 2010

I. GOVERNANÇA PARTICIPATIVA E REFORMA ELEITORAL				
	QUESTÕES	ACÇÕES A RELIZAR	RESPONSÁVEL	PRAZO
2	<b>INCLUSIVIDADE POLITICA</b>	<b>GOVERNANÇA PARTICIPATIVA</b>		
2.1	Actualização dos regulamentos parlamentares para permitir que todos os membros exerçam plenamente os seus direitos constitucionais.	Assunto agendado pela Assembleia da República	<b>DIÁLOGO POLÍTICO</b>	Maio 2010
2.2	Revisão da Lei sobre Órgãos Locais do Estado incluindo a melhoria da representatividade dos Conselhos Consultivos Distritais, sem limitar as suas competências.	Elaboração da proposta de revisão da Lei dos Órgãos Locais do Estado, com o objectivo de reforçar a democracia participativa, transferindo para as assembleias provinciais parte das competências que eram exercidas pelos governos provinciais	<b>MAE (Descentralização)</b>	Submissão a Assembleia da República (AR) Maio 2010

**II. GOVERNAÇÃO ECONÓMICA**

		<b>QUESTÕES</b>	<b>ACÇÕES A RELIZAR</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>PRAZO</b>
<b>3</b>	<b>PROCUREMENT</b>				
<b>3.1</b>	Implementação dos aspectos críticos nas áreas chave de oportunidade identificados durante a Revisão da Avaliação das Aquisições Públicas (Country Policy Assessment Report, CPAR)	<p>a) Elaboração da proposta de revisão do Decreto N. 54/2005;</p> <p>b) Elaboração de TORs para a realização de auditorias, com vista a aferir a integridade e transparência do sistema, e selecção dos Ministérios relevantes a serem auditados em 2011;</p> <p>c) Realização de auditorias nos Ministérios seleccionados;</p> <p>d) Elaboração de estratégia de formação e capacitação;</p> <p>e) Elaboração dos TORs para o desenvolvimento de uma carreira de contratações públicas e certificação de peritos em contratações públicas;</p>	<p><b>MF</b> <b>(Gestão de</b> <b>Finanças Públicas)</b></p>	<p>a) Abril 2010</p> <p>b) Dezembro 2010.</p> <p>c) Dezembro 2011</p> <p>d) Junho 2010</p> <p>e) Dezembro 2010</p>	
<b>4</b>	Transparência e conflitos de interesse no acesso aos recursos (incluindo mega projectos, outros investimentos grandes, notavelmente exploração de recursos naturais)	<p>a) Constituição da Comissão Nacional sobre a Transparência na Indústria Extrativa (EITI)</p> <p>b) Lançado o concurso para o recrutamento do pessoal do Secretariado (Enviadas cartas para o Banco Mundial e Banco Africano de Desenvolvimento solicitando financiamento disponível sobre a matéria)</p>	<p><b>MIREM</b> <b>(Gestão de</b> <b>Finanças Públicas)</b></p>	<p>a) Já realizada</p> <p>b) Até Junho 2010</p>	
<b>4.1</b>	Criação de uma unidade de supervisão e fiscalização da Parceria Público Privadas (PPP) e dos mega projectos	<p>a) Elaboração da proposta de lei das Parcerias Público Privadas (PPP), que vai estabelecer os critérios de acesso aos recursos, incluindo conflitos de interesse e ainda os mecanismos de supervisão e fiscalização.</p> <p>Entretanto, funciona na Autoridade Tributária uma unidade para grandes contribuintes incluindo mega projectos e, por outro lado, vai se estabelecer no</p>	<p><b>MF/ATM</b> <b>(Gestão de</b> <b>Finanças Públicas)</b></p>	<p>a) Maio 2010</p>	

		Gabinete de Estudos do Ministério das Finanças (MF) a unidade de controle.		
--	--	---	--	--

II. GOVERNACÃO ECONOMICA				
QUESTÕES		ACÇÕES A RELIZAR	RESPONSÁVEL	PRAZO
5.	SISTEMA LEGAL E BUROCRACIA			
5.1	Implementação completa da Estratégia para o Melhoramento do Ambiente de Negócios aprovada pelo Governo em 2008;	a) Consolidar o funcionamento dos Balcões de Atendimento Único b) Introdução do e-Tributação c) Implementação das Matrizes acordadas com o Sector Privado	MIC (Sector Financeiro)	a) Dezembro 2010 b) Dezembro 2010 c) Dezembro 2010
5.2	Implementação do indicador QAD 2010 na área de negócios (aprovação pelo Conselho de Ministros de um pacote legislativo para simplificação de todas as licenças para o exercício da actividade empresarial)	Revisão da legislação sobre os procedimentos de licenciamento das actividades económicas	MIC (Sector Privado)	Setembro 2010

II. GOVERNAÇÃO ECONÓMICA (CONT...)			
QUESTÕES	ACÇÕES A RELIZAR	RESPONSÁVEL	PRAZO
5.3  Implementação das acções concretas recomendadas pelo Tribunal Administrativo no seu Parecer sobre a Conta Geral do Estado	<p>a) Elaboração da proposta de Lei das Empresas Públicas, com o objectivo de prevenir riscos fiscais, reforçar os mecanismos de prestação de contas e delimitar os poderes dos conselhos de administração;</p> <p>b) Actualização da carteira de participações do Estado tem sido anualmente efectuada pelo Ministério das Finanças</p> <p>c) Inclusão, na CGE, a informação completa sobre os activos financeiros patrimoniais do Estado</p> <p>d) Incorporação na CGE o inventário do património das empresas Públicas logo que for aprovada a revisão da Lei;</p> <p>e) Elaboração da proposta de Lei que estabelece o regime geral para os Fundos e Institutos Públicos, visando os mesmos objectivos: i) <i>Elaboração dos Termos de Referência;</i> ii) <i>Elaboração do projecto de Lei</i></p>	MF (Gestão de Finanças Públicas)	<p>a) Abril 2010</p> <p>b) Anualmente</p> <p>c) Anualmente</p> <p>d) Anualmente</p> <p>e) Junho 2010</p> <p>i) Junho 2010</p> <p>ii) Dezembro 2010</p>



II. GOVERNAÇÃO ECONÓMICA (CONT...)				
QUESTÕES	ACÇÕES A RELIZAR	RESPONSÁVEL	PRAZO	
6	TERRA			
6.1	Implementação das acções acordadas durante a Revisão Conjunta em Março 2009 (Acções para facilitar uma melhor compreensão sobre a aplicação da Lei de Terras para as comunidades) e na matriz QAD	a) Delimitação de áreas comunitárias e respectivo registo no Atlas Cadastral (QAD-indicador 34) (Em elaboração o cadastramento de terras comunitárias – projecto piloto em Nampula, Zambézia, Niassa e Cabo Delgado b) Aprovado o Diploma que actualiza a revisão da Taxa de DUAT	MINAG (Agricultura)	a) Até Novembro 2010 b) Aprovado
6.2	Acções para acelerar/facilitar o processo de registo de uso de terras das comunidades, e produzir o Tombo de Terras público e completo sobre o uso de terras	a) Elaboração da Estratégia Nacional de Administração de Terras; b) Desenho do novo Sistema de Informação de Terras	MINAG (Agricultura)	a) Até Novembro 2010 b) Até Outubro 2011

### III. COMBATE A CORRUPÇÃO

	QUESTÕES	ACÇÕES A RELIZAR	RESPONSÁVEL	PRAZO
7	<b>LEGISLAÇÃO E A SUA IMPLEMENTAÇÃO</b>			
7.1	<p>Submissão à Assembleia da República de proposta de Lei de Contra a Corrupção contendo garantias sobre o aumento da transparência sobre a distinção entre interesse público e interesse privado, através da publicação da declaração de bens parte dos quadros seniores do Estado, após consultas com os PAP's</p>	<p>Submissão à Assembleia da República de um pacote legislativo na matéria da anti-corrupção, designadamente:</p> <p>a) Proposta de revisão da Lei 6/2004 - Lei Anti-Corrupção;</p> <p>b) Proposta da revisão das Leis Sobre Declaração de bens dos Titulares de Cargos Públicos (Lei N. 4/90 e 7/98);</p> <p>c) Proposta da alteração pontual da Lei Orgânica do Ministério Público (Revisão da Lei N. 22/2007); e</p> <p>d) Elaboração da proposta de Lei Sobre Conflito de Interesses.</p>	<p><b>JUSTIÇA</b> (Justiça)</p>	<p>Outubro 2010</p>
7.2	<p>Submissão à Assembleia da República da Lei para proteger testemunhas e denunciante</p>	<p>Submissão à Assembleia da República de um pacote legislativo sobre matéria de protecção de testemunhas e denunciante</p>	<p><b>JUSTIÇA</b> (Justiça)</p>	<p>Outubro 2010</p>
7.3	<p>Reforço do Gabinete Central de Combate a Corrupção em competências, recursos humanos e financeiros (ainda em 2010)</p>	<p>Elaboração do Plano Estratégico sobre o desenvolvimento institucional do GCCC na base do qual será feito o reforço da capacidade</p>	<p><b>JUSTIÇA/PGR</b> (Justiça)</p>	<p>Abril 2010</p>

<b>IV. PLANO NACIONAL DE ACCÇÃO DO MECANISMO AFRICANO DE REVISÃO DE PARES (MARP)</b>				
	<b>QUESTÕES</b>	<b>ACCÇÕES A RELIZAR</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>PRAZO</b>
<b>8.1</b>	Integração do Plano aprovado no Programa Quinquenal do Governo (PQG)	<p>a) Accções do Plano integradas no PQG</p> <p>b) Por integrar outras accções do Plano Nacional do MARP no Plano Operacional do Programa Quinquenal do Governo</p>	<b>MPD</b>	b) Dezembro 2010
<b>8.2</b>	Estabelecimento de órgãos de fiscalização e supervisão	<p>a) Em funcionamento o Fórum Nacional que assegura a implementação do Plano e supervisa todo processo do MARP; e</p> <p>b) Reestruturar o Secretariado Nacional do MARP que tem as funções de monitoria avaliação permanente do Plano Nacional do MARP com vista a dar assistência técnica ao Fórum Nacional</p>	<b>MPD</b>	<p>a) Já constituído</p> <p>b) Abril 2010</p>